Capítulo VI

Uma nota sobre o significado concreto da fronteira ou a imagem do bem ilimitado

Otávio Guilherme Velho

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

VELHO, OG. *Capitalismo autoritário e campesinato*: um estudo comparativo a partir da fronteira em movimento [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009. Uma nota sobre o significado concreto da fronteira ou a imagem do bem ilimitado. pp. 87-99. ISBN: 978-85-99662-92-2. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.

All the contents of this chapter, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-Non Commercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste capítulo, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de este capítulo, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

Capítulo VI

Uma nota sobre o significado concreto da fronteira ou a imagem do bem ilimitado

No último capítulo discutimos um caso particular de desenvolvimento capitalista autoritário e algumas das contradições que suscita. Uma atenção especial foi dada à posição do campesinato constituindo um modo de produção específico e ao mesmo tempo uma classe política que pode conter os germes não desenvolvidos de uma burguesia, embora de um tipo diferente comparado com o da grande burguesia que se alia com o Estado autoritário. Também mencionamos o papel da *fronteira* no desenvolvimento desse campesinato especial até o ponto em que atinge os limites permissíveis para a sua expansão sob o capitalismo autoritário e ameaça ultrapassá-los. Ao fazê-lo retornamos a um problema que tem estado conosco desde o começo.

No início deste trabalho examinamos a visão de Turner de uma *fronteira aberta* e o efeito que tinha sobre os seus participantes e sobre a sociedade como um todo. Adiante vimos que também existia a possibilidade de uma *fronteira fechada* como um traço de um sistema de repressão da força de trabalho.

Todavia, verificamos no último capítulo que quando um sistema de repressão da força de trabalho evolui para um capitalismo autoritário, a *fronteira* não utilizada torna-se um recurso importante. Surge assim um *terceiro* tipo de fronteira que poderíamos denominar de *fronteira* aberta, porém *controlada*.

No caso da Rússia vimos como essa cautelosa abertura da *fronteira* era parte de uma política de liberação gradativa da força de trabalho. Pretendia-se que isso, por sua vez, fosse um traço essencial de uma espécie de revolução a partir de cima, provocando a modernização e o aparecimento de tendências capitalistas. Esperava-se que essas tendências auxiliassem na transformação do regime sem derrubá-la da maneira como ocorreria se o capitalismo na Rússia repetisse em todos os níveis a experiência Ocidental.

A *fronteira* em particular – a fora a possibilidade de ser um campo para a aplicação de capitais – era vista como:

1. Um *locus* para o estabelecimento de uma “população excedente” de camponeses pobres. Nas palavras de Coquin (1969: 744) “um vasto escoadouro” e “um instrumento de detente social”. Especialmente após 1905 no caso dos camponeses desalojados devido às transformações capitalistas, que cortaram a proteção oferecida pela comuna e estimularam a propriedade privada e a sua concentração nas mãos dos “mais fortes”.
2. Ao mesmo tempo, era visto como um *locus* privilegiado para transformações capitalistas no seio do campesinato, sem sofrer impedimentos da parte de um velho sistema de propriedade da terra, devido à abundância de terras abertas àqueles que teriam dificuldade em acumular nas regiões de origem. Essas transformações capitalistas, por sua vez, deveriam em seu desenvolvimento serem capazes de influenciar poderosamente toda a sociedade.

Vemos, assim, que uma vez aberta a *fronteira* – se bem que de forma controlada – houve a expectativa de que dentro de certos limites fixados, tendências de tipo americano se desenvolveriam.

A evidência parece indicar que o desenvolvimento tendeu de fato a ir na direção geral esperada. Coquin – um dos principais especialistas ocidentais em colonização siberiana juntamente com Treadgold – disse:

(...) a sua chegada à Sibéria liberava seguidamente no imigrante uma atividade, uma iniciativa, uma laboriosidade, uma sede de progresso e de bem-estar em geral desvalorizadas na Rússia, a Sibéria representando nessa época um excelente escoadouro para a produção de implementos agrícolas russa e mesmo estrangeiro (1969: 743).

Todavia, isso era de tal forma que como vimos Stolipin apesar do esforço em manter o controle sobre o processo que era uma parte essencial da sua política – tornou-se temeroso de que rompesse os limites fixados e ameaçasse o regime. Não só na fronteira enquanto tal, mas espalhando a sua influência “libertária”. Não devido a convicções doutrinárias, mas por causa do efeito concreto da vida de fronteira como tal.

Turner revisitado

Parece, assim, que depois de tudo o que foi dito retornamos ao contemporâneo de Lênine e Stolipin: Frederick Jackson Turner. O que se pode concluir disso?

Deixemos a *fronteira* por um momento para nos determos sobre três citações tiradas de três autores diferentes:

Max Weber (1968: 101):

Se a Polônia e o Leste alemão não presenciaram uma guerra de camponeses, é porque esta, como qualquer revolução, não estoura onde a situação dos revolucionários é pior (isto é, em nosso caso, ali onde a situação dos camponeses é mais penosa), mas sim, pelo contrário, onde estes alcançaram alguma consciência de seu valor, de sua dignidade.

Eric Wolf (1969):

Existem somente dois componentes do campesinato possuidores de suficiente impulso interno para empenhar-se numa rebelião continuada. São (a) um “campesinato médio” proprietário de terras ou (b) um campesinato localizado numa área periférica fora do domínio do controle senhorial.

E Barrington Moore (1969: 478):

(...) uma importante causa contribuinte para a revolução camponesa tem sido a fraqueza dos laços institucionais ligando a sociedade camponesa às classes superiores, juntamente com o caráter explorador dessa relação. Parte da síndrome geral tem sido a perda por parte do regime do apoio duma classe superior de camponeses prósperos porque estes começaram a se passar para modos mais capitalistas de cultivo.

Se retornarmos ao quadro teórico que viemos utilizando, diremos que esses autores estão expressando o enfraquecimento do caráter subordinado do modo de produção camponês que abre a possibilidade da “face burguesa” do camponês surgir à superfície. Em termos das condições para uma revolução, representam um desvio significativo da teoria popular de “quanto pior, melhor”. Embora, tal como Lênine, não teorizem a respeito dessa *passagem* enquanto tal.

A possibilidade de revolução é de interesse para nós no momento simplesmente como o caso-limite de um enfraquecimento da subordinação. Para nós, uma situação revolucionária dependerá desse enfraquecimento da subordinação *mais* a existência de barreiras à incorporação do campesinato no modo dominante (no caso do capitalismo), mesmo como *farmers*, devido a certas características estruturais deste último.

Na sua forma menos extrema e mais geral, esse enfraquecimento da subordinação – ou pelo menos o fato de a subordinação tornar-se menos imediata – parece efetivamente definir a situação do campesinato na *fronteira*, aproximando a sua situação da do *farmer* da clássica *fronteira aberta*.

Assim, o que a *fronteira*, quando se abre, parece representar, é na verdade um *locus* privilegiado para o desenvolvimento da pequena agricultura. No caso do campesinato, significa que na *fronteira* ele não é mais um resquício de uma formação anterior ou de uma formação em processo de desaparecimento. Ele é o *pequeno burguês progressista* que tanto Stolipin quanto Lênine, por razões bem diferentes, estavam à procura. Contrariamente à expectativa geral quanto ao destino da pequena produção mercantil sob o capitalismo, nesse caso ele está *ascendendo*, em comparação com a sua situação anterior¹.

Pierre Bourdieu (1966: 205-206) indicou – no mesmo sentido dos autores citados acima, porém em termos mais teóricos – a importância da *situação de classe* e como ela afeta a *posição de classe*:

A posição de um indivíduo ou de um grupo na estrutura social não pode jamais ser completamente definida dum ponto de vista estritamente estático, isto é como posição relativa (“superior”, “média” ou “inferior”) dentro de uma estrutura dada em um momento dado do tempo: o ponto da trajetória, que apreende um corte sincrônico, oculta sempre a inclinação da *trajetória social*: por conseguinte, sob pena de deixar escapar tudo aquilo que define concretamente a experiência da posição como etapa duma ascensão

¹ Na verdade a nosso ver a expressão “pequeno burguês” para designar o camponês acumulador não é inteiramente correta, já que enquanto for camponês (ou pequeno produtor mercantil em geral) essa acumulação se dará segundo leis próprias que não são as da acumulação capitalista. No entanto, a expressão pode indicar que no limite a passagem poderá ocorrer.

ou dum descenso, como promoção ou regressão, é preciso caracterizar cada ponto pela diferencial da função que exprime a curva, isto é, por toda a curva. Segue-se que se pode distinguir as *propriedades ligadas à posição definida sincronicamente* e as *propriedades ligadas ao devenir da posição*: com efeito, duas posições aparentemente idênticas do ponto de vista da sincronia podem revelar-se profundamente diferentes se são referidas ao único contexto real, a saber, o devenir histórico da estrutura social no seu conjunto, e analogamente, da posição; e inversamente indivíduos (...) ou grupos (classes ascendentes e declinantes) podem possuir propriedades comuns na medida em que tenham em comum, senão a sua trajetória social, pelo menos a inclinação, ascendente ou descendente, de sua trajetória.

Isso parece ajudar a definir a situação do pequeno agricultor – *farmer* ou camponês – na *fronteira* aberta. Sobretudo se acrescentarmos as observações feitas por Bourdieu em outro trabalho (1963: 44) sobre os efeitos da passagem dos limites do campo em que o problema fundamental para indivíduos e grupos é o da “segurança” para aquele em que se coloca o “empreendimento”. Ajuda também a definir as suas possibilidades de aliança: nos Estados Unidos com a burguesia ascendente; na Rússia com o proletariado politicamente ascendente. Pode ainda, a nosso ver, ajudar a entender como que o “campesinato” – abstratamente – pode ter papéis políticos tão radicalmente contrastantes, que nos diferentes casos têm ido desde constituir uma base de massa para uma revolução socialista até uma participação análoga no que diz respeito ao fascismo. A direção da trajetória social do campesinato distinguiria situações sociais bem diferentes (e até opostas) para o que apenas formalmente poderia ser considerado o mesmo ator social.

Acrescentaríamos apenas que essa “ascensão” pode se dever, em graus bem diferentes em cada caso em que ocorre, a uma força centrífuga interna ao campesinato ou simplesmente a fatores “externos” do ponto de vista do campesinato, como seja uma retirada total ou parcial da pressão subordinante e a ação de outras forças sociais. De qualquer maneira a trajetória social será sempre uma resultante, não uma simples força única, mas no caso da dominância de fatores externos será uma espécie de ascensão *indireta*, como se por pura inércia (no limite) devido a condições novas. Tocaremos nesse ponto mais adiante, mas a questão básica que se queria tornar clara aqui era a diferença crucial entre um campesinato

ascendente e descendente na determinação da sua situação social e, consequentemente, do seu comportamento político².

A Imagem do Bem Ilimitado

O artigo de George Foster sobre a sociedade camponesa e a imagem do bem limitado (em Potter, Diaz e Foster. 1967) tornou-se um clássico. Em nossa opinião esse artigo pode servir a um propósito novo e bem diferente daquele pretendido pelo autor: se o virarmos de cabeça para baixo, cremos que pode ajudar-nos a ganhar algum conhecimento dedutivo sobre a *fronteira*.

No seu artigo Foster, seguindo Redfield, acentua como “na maior parte do mundo camponês a terra tem sido limitada há muito tempo” (1967: 306), e consequentemente “(...) a riqueza é vista pelas aldeias à mesma luz que a terra: presente, circunscrita por limites absolutos e sem ter nenhuma relação com o trabalho (...) a riqueza, como a terra, é algo inerente à natureza” (1967: 307).

Assim, não só a riqueza mas tudo é visto em termos de uma “imagem do bem limitado”. A vantagem de um homem leva à perda por parte de outro. Por isso é que os camponeses tenderiam a ser tradicionalistas e conservadores:

(...) porque o progresso individual é visto como se fosse – e no contexto da sociedade tradicional de fato é – a ameaça suprema à estabilidade comunitária, e todas as formas culturais *precisam* contribuir para desencorajar mudanças no *status quo* (1967: 320-21).

² Essa questão se liga à clássica discussão sobre a diferenciação interna do campesinato, embora de modo complexo. É possível, por exemplo, que a decisão por parte da camada superior do campesinato em assumir uma posição revolucionária dependa da disposição do resto do campesinato oferecendo-lhe ou não essa alternativa, o que será determinado, quer por razões estritamente sociológicas ou em face de uma prática política, pela sua trajetória. Toda essa questão pode estar também ligada à problemática mais ampla da passagem do *estrato* a *classe* e as condições em que isso pode se dar. É possível que essa passagem seja facilitada quando num “momento inicial” existem novas oportunidades, como sugere Godelier (s/data: 364), mas que além disso apareçam como estando abertas a “todos” (ou ao grupo como tal), na forma de uma trajetória ascendente, neutralizando o controle social anterior exercido sobre desvios e acumulações individuais. Quando, além disso, o sistema está subordinado a um outro em que essa divisão já existe, talvez então essa condição seja suficiente, realizando-se uma espécie de “acumulação primitiva em proveito próprio”.

Na opinião de Foster para promover o desenvolvimento é preciso “tentar mudar a visão do camponês do seu universo social e econômico, para longe de uma Imagem do Bem Limitado para a de oportunidades em expansão num sistema aberto, a fim de que possa sentir-se seguro em demonstrar iniciativa”.

Foster não parece consciente do fato de que está opondo à visão ideológica do camponês de um bem dado e limitado, a visão capitalista de uma riqueza sempre crescente e em acumulação, que também é, a sua maneira, ideológica e oculta o fato de que generalizada na prática pressuporia a expropriação dos produtores imediatos. Vimos isso quando discutimos a tese de Turner.

Todavia, em termos estritamente ideológicos a relação que estabelece, através de uma série de mediações, entre terra limitada e uma perspectiva tradicionalista e conservadora parece lógica. Assim, ainda em termos lógicos, podemos supor, inversamente, que *onde a terra não for um recurso limitado em termos absolutos, ter-se-á uma perspectiva progressista*. Trata-se de uma simples proporção matemática:

$$\frac{\text{Terra Limitada}}{\text{Perspectiva tradicionalista}} = \frac{\text{Terra Não Limitada}}{x}$$

x necessariamente representará uma perspectiva “progressista”. Ou – parafraseando Foster – uma Imagem de Bem Ilimitado.

O *locus* por excelência da terra “ilimitada” é, obviamente, a *fronteira*. Em outras palavras, a *fronteira* é um *locus* privilegiado para uma ideologia clássica de *laissez-faire* em condições tais que de fato existe uma possibilidade ampla para pelo menos um certo grau de avanço pessoal comparado com situações anteriores. Dada a importância da ideologia da *fronteira* na sociedade norte-americana, é provável que essa visão estivesse por detrás da formulação original de Foster. Embora na prática, mesmo na *fronteira*, a terra não esteja inteiramente aberta a todos sem limite algum, pode representar uma tal imagem ideológica quando contrastada com outras situações camponesas.

Para além da fronteira

No caso de um campesinato a *fronteira* enfim aberta parece representar em síntese:

1. a possibilidade de uma “trajetória social ascendente”;
2. enfraquecimento de uma subordinação estrita e imediata.

Esses dois fatores parecem muito ligados.

Todavia, será mesmo apenas na *fronteira* que essas possibilidades podem ser abertas para um campesinato? Na Rússia a abertura da *fronteira* – não se deve esquecer – era parte de uma política agrária mais ampla. Significativamente, Alavi (em Miliband e Saville, 1965: 250) sugeriu que essa política agrária, soltando alguns dos “laços feudais”, pode ter contribuído para a *maior militância* do camponês médio. Por outro lado, Alavi também parece sugerir que na China o colapso da autoridade local e/ou central foi um dos principais fatores revolucionários (1965: 252)

Assim, ainda mantendo em suspenso uma discussão sobre revolução, parece que uma *transformação agrária* e o *colapso ou enfraquecimento da autoridade* podem ambos ter para um campesinato um efeito similar ao de uma *fronteira* em termos de enfraquecer a subordinação e permitir a ascensão social – nesse último caso (como indicamos na primeira seção deste capítulo) sobretudo preenchendo por inércia um espaço vazio. É como se fosse criado *um equivalente a uma fronteira*: assim como uma *fronteira* física pode ser fechada por meios sociais, uma espécie de “*fronteira*” pode aparecer onde antes não havia nenhuma, devido a eventos sociais.

Isso nos ajuda a desmistificar *A Fronteira* como tal. De certa maneira não é simplesmente a *fronteira* que produz os efeitos que apontamos, mas algo que ela contém e que, como sugerimos no primeiro capítulo, pode apresentar-se com uma “face” diferente alhures. E ainda mais, isso mostra algo extremamente importante do ponto de vista político que é o fato de o acionar desse elemento poder não se dever exclusivamente a razões “sociológicas” dadas, mas sim também à *própria ação política* (do campesinato, de um partido etc.), *ela mesma alterando o curso da trajetória social*. Em Lênine isso está muito claro: a possibilidade da Rússia seguir o “caminho americano” está basicamente no aparecimento e generalização de

uma situação análoga à de *fronteira aberta* com a *quebra revolucionária do monopólio da terra*.

Porém, depois de se perceber isso tudo, permanece o fato de que a *fronteira* é um *locus* muito importante para que se dêem esses desenvolvimentos. Na verdade pode ser o *locus* onde o enfraquecimento da subordinação e a ascensão social melhor se combinam, e é por isso mesmo que o autoritarismo se preocupa tanto em controlar o movimento de *fronteira*. Assim, embora possamos não estar interessados na *fronteira per se*, ela pode ainda assim ser um ponto de referência conveniente. O *efeito global* e concreto da fronteira sobre a sociedade, no entanto, dependerá sempre, obviamente, da sua escala relativa.

Revolução

Finalmente, devemos assinalar como tem sido difícil na discussão acima separar as condições gerais para que o campesinato torne-se “progressista” num sentido turneriano daquelas que levam à revolução. Isso parece sugerir que a distância entre essas duas possibilidades não é muito longa e pode depender de condições no sistema envolvente. Quando discuti a quebra da imagem do bem limitado camponesa – que de acordo com ele é o que estaria se dando hoje em todo o mundo – Foster disse (1967: 320):

O problema dos novos países é criar condições econômicas e sociais em que essa energia e talento latentes não encontre logo limites absolutos, sendo cortada ainda em botão. Obviamente, é esse o perigo de novas expectativas superarem a criação de oportunidades.

Em nossos termos diríamos que Foster estava apontando para a mesma contradição de que Stolipin era consciente: entre a necessidade de desenvolvimento das tendências capitalistas democráticas do campesinato imprescindíveis à modernização. e a base social fundamental do capitalismo autoritário (associada hoje com o capitalismo monopolista internacional).

Coquin (1969: 745-746), de uma maneira mais empírica, expressou algo semelhante no caso da *fronteira siberiana*:

A Sibéria não retirou nem as vantagens de um dirigismo autêntico, nem as facilidades de um liberalismo tardio e mal adaptado, ainda por cima, às tradições camponesas (...) O problema da sua

colonização e da sua valorização ultrapassava, além do mais, a própria Sibéria e ia às raízes mesmas do regime (...) Este problema se identificava, como o compreendeu Stolipin, com o rejuvenescimento e a transformação de toda a monarquia.

Parece que a distância entre sucesso e fracasso para o capitalismo autoritário na *fronteira* – e por toda parte onde haja um campesinato em desenvolvimento – é de certa forma muito curto. Isso é porque tanto o sucesso quanto o fracasso apontam na mesma direção e se diferenciam em termos de se esse campesinato ou campesinato-*farmer* ainda aceitará alguma subordinação autoritária ou não. Neste último caso é decisivo, obviamente, saber se existe alguma outra *alternativa* imediata presente.

Nesse sentido no caso da Sibéria o melhor indicador disponível parece ser o comportamento dos camponeses-*farmers* na luta de 1918-22 contra Kolchak e a intervenção estrangeira. Esse comportamento parece indicar que ao serem confrontados pelo capitalismo autoritário e pelos bolcheviques, em geral preferiram esses últimos. A luta serviu como um catalisador excepcional na definição dos campos, revelando onde residiam as contradições *decisivas* de uma maneira que uma situação menos dramática não faria. Ao passo que em casos usuais uma análise “situacional” pode indicar apenas consequências diferentes e até ambíguas da operação de uma estrutura (aí residindo o risco dela substituir uma análise estrutural), em casos radicais como esse pode fornecer uma pista direta quanto a sua natureza essencial.

Um oficial americano do serviço de inteligência na Sibéria Oriental mais tarde depôs perante o Senado dos Estados Unidos:

Mas muitas pessoas que não coincidiam necessariamente quanto às crenças bolcheviques, e não coincidiam necessariamente com as outras forças, foram forçadas a tomar um dos dois lados porque as únicas forças militares existentes eram dos dois extremos (em White, 1950: 276).

E J. A. White completa:

Um campesinato satisfeito não tem vontade de pegar em armas para lutar por objetivos teóricos. Mas quando uma calamidade se abate sobre eles, todos têm algo em comum. O sitiante próspero cuja casa e construções foram queimadas e cuja família foi morta e que é ele mesmo objeto de uma campanha de recrutamento é assim

aproximado do vagabundo que jamais possuiu um sítio (White, 1950: 275).

A medida que a luta prosseguia o movimento *partisan* e o apoio a ele cresciam constantemente por detrás das linhas inimigas, adquirindo um caráter autenticamente popular e revelando onde necessariamente tinha de se alinhar o campesinato. Não era, porém, um constrangimento puramente militar que os impelia – pois poderiam ter se passado para o outro lado – mas num sentido muito concreto e único era o constrangimento de *toda* a sua “posição objetiva”.

Ao mesmo tempo, a Sibéria era uma das regiões onde a atividade militar especificamente *camponesa* possuía a maior *autonomia* em relação aos bolcheviques. Como diz Lengyel (1948: 169):

Um movimento espontâneo iniciou-se por detrás da própria frente de batalha de Kolchak. Os camponeses da Sibéria juntavam-se em grupos de *partisans*, guerrilheiros.

Em diversos casos importantes – tal como em Irkutsk – o inimigo foi derrotado e substituído por uma coalizão política de centro-esquerda antes da chegada do Exército Vermelho. Os Social-Revolucionários eram particularmente fortes na Sibéria.

Depois da Guerra Civil foi considerado necessário na Sibéria Oriental criar uma entidade política distinta – a República do Extremo Oriente. Falando de Krasnoshchekov – o fundador da República do Extremo Oriente – Lengyel (1948: 175) diz:

Embora tivesse enfrentado a morte nas mãos dos Brancos, ele era agora menos comunista do que havia sido. Uma mudança de posição havia se apoderado dele, e viera a perceber que o siberiano médio era *individualista demais* (ênfase OGV) para ser realmente um comunista. Ainda assim ele continuava a acreditar no comunismo como um ideal, porém paradoxalmente acreditava que a melhor maneira de tornar a Sibéria um país bolchevique era convertê-la aos poucos.

Se nos recordarmos que nas palavras de H. Ellison (*Peasant Colonization of Siberia*, tese de Ph. D. não publicada, Universidade de Londres, citada em Tokmakoff, 1971: 136) “a Sibéria era, pelo menos na prática, o que Stolipin buscava para a Rússia Européia, uma terra de

camponeses proprietários”, compreenderemos quem era o “siberiano médio” a que se refere Lengyel e como o seu comportamento era determinado pela sua situação social.

* * *

É impossível avaliar o exato e complexo significado da *fronteira* na Revolução Russa, particularmente porque não nos parece que a influência da *fronteira* sobre o campesinato necessariamente se restrinja àqueles elementos fisicamente presentes na *fronteira*, embora seja aí certamente mais intenso e direto, tornando o seu estudo revelador como caso-limite. Ajuda a criar e é parte da criação de condições para expansão camponesa *em geral*, e dependendo de sua escala mantém aberto para outros – pelo menos como um elemento ideológico – a *possibilidade* de orientar-se para a *fronteira*, além de em muitos casos ser parte de uma transformação agrária mais ampla. Pode até estender indiretamente a sua influência a *outros* elementos plebeus “intermediários”, tais como os seus correspondentes urbanos na pequena produção (em regra mais constrangidos pelo capitalismo e menos capazes de desenvolvimento) e até grupos profissionais.

Porém os nossos propósitos – é bom repetir – são de qualquer maneira principalmente comparativos e teóricos. O que queremos frisar em termos gerais é:

1. O papel “democrático” de um campesinato em desenvolvimento *versus* um campesinato decadente³;
2. A fronteira como um *locus* privilegiado, embora não exclusivo, para o desenvolvimento desse neocampesinato;
3. Os limites à passagem ao capitalismo (mesmo como “sócio menor”) de um campesinato em desenvolvimento no interior de uma formação autoritária e as alternativas estruturais: subordinação em última instância

³ Entre essas duas possibilidades – um campesinato decadente e outro em ascensão – pode-se colocar uma terceira possibilidade: a do campesinato que talvez por não ser ainda nem decadente, nem ascendente em termos estritos, ainda é basicamente *comunal* (o que não quer dizer que os outros campesinatos também não apresentem aspectos comunais ou mesmo que os ressuscitem em períodos excepcionais). Esse campesinato distinguir-se-á provavelmente por um *estilo* político diferente, o significado da sua ação política possivelmente dependendo mais que em outros casos do sentido que lhe seja *dado* pelas conjunturas concretas.

ou aliança com elementos pós-capitalistas (levando a outros desdobramentos subsequentes).

Como discutiremos adiante, a crise do capitalismo autoritário, devido às contradições geradas pelo seu próprio desenvolvimento (juntamente com as crises gerais do capitalismo), pode levar seja a uma solução fascista, seja a uma solução socialista. Ambas as possibilidades parecem aparecer *juntas*, e até agora só o fizeram em contextos capitalistas autoritários. Esquemáticamente, parece que um campesinato decadente tende a aceitar e até apoiar o fascismo, por medo das novas forças geradas pelo desenvolvimento capitalista. Mas pelo contrário, um campesinato em desenvolvimento do tipo favorecido por uma *fronteira* (entre outros fatores, inclusive a ação política) tende a se inclinar – uma vez apresentada a alternativa – na direção da solução contrária.

A essa altura é tempo de aplicar os conceitos e categorias que viemos discutindo a um estudo do caso brasileiro. Veremos então até que ponto isso poderá ajudar a fazer avançar as nossas hipóteses e a nossa visão das relações entre capitalismo autoritário e o campesinato no Brasil e em geral.